



INST PREV SERVIDORES MUNICIPAIS - CAP

21/03/2022

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - LEI 4.320/64 ANEXO 17

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Período				Saldo para o exercício seguinte	
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição		Baixa
Restos a pagar (Subtotal)	15.011,26	19.162,65	15.011,26			19.162,65	
Processados							
2020	15.011,26		15.011,26				
2021		19.162,65				19.162,65	
Subtotal dos RPP	15.011,26	19.162,65	15.011,26			19.162,65	
Não processados							
Subtotal dos RPNP							
Depósitos (Subtotal)	19.957,09	392.763,83	400.102,25			12.618,67	
CONSIGNAÇÕES		210.671,28	210.671,28				
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	4.797,19	73.215,54	71.922,21			6.090,52	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	15.159,90	103.877,01	112.508,76			6.528,15	
OUTROS DEPÓSITOS		5.000,00	5.000,00				
TOTAL	34.968,35	411.926,48	415.113,51			31.781,32	

JABOATAO DOS GUARARAPES-PE, Dezembro de 2021

LUCILEIDE FERREIRA LOPES
PRESIDENTE CPF 68604874534JULIANA SILVA DA CRUZ
CONTADORA CRC.N 029774/O

**Prestação de Contas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Jaboatão dos Guararapes**

Exercício 2021

FUNDO CAPITALIZADO

DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 12 DA LEI 4.320/64 – MCASP)

NOTAS EXPLICATIVAS

(Conforme Resolução TC N° 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021)

I. INFORMAÇÕES GERAIS:

a. **Nome do órgão ou entidade:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jaboatão dos Guararapes.

b. **Natureza jurídica:** Autarquia Municipal / **CNPJ:** 04.811.561/0001-21

c. **Domicílio da entidade:** Rua: Coronel Waldemar Basgal, nº 576 – Piedade, CEP: 54.310-285.

d. **Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jaboatão dos Guararapes tem natureza jurídica Autarquia Municipal e possui como atividade principal a Seguridade Sociais sendo responsável pela manutenção das seguridades dos Servidores Públicos Municipais. A natureza de suas operações deriva da arrecadação do FUNPREV que é o descontado do salário do servidor na alíquota de 14%.

e. **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:**

Esta demonstração contábil foi elaborada de acordo com a estrutura definida na Lei 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 e pela Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição. Os registros contábeis estão em conformidade com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC's TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f. **Abrangência da demonstração contábil:**

Esta demonstração contábil abrange a Administração Indireta – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do município de Jaboatão dos Guararapes.

g. Dados adicionais:

g.1 Período da demonstração contábil: 01/01/2021 a 31/12/2021

g.2 Dados do gestor (Autarquia): Lucileide Ferreira Lopes. Período da gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

g.3 Dados da contadora responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas: Juliana Silva da Cruz – CRC PE-029774/O-0 – E-mail: juliana.jaboataoprev@gmail.com.br.

g.4 Nome do Software de Contabilidade utilizado no Município: Primo Sistemas Aplicativos Ltda – Sistema Psal.

g.5 Endereço eletrônico do Portal de Transparência:
<https://jaboataoprev.jaboatao.pe.gov.br>

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos no sistema patrimonial foram realizados pelos métodos das partidas dobradas em atendimento ao artigo 86 da Lei 4320/64.

A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 8ª edição da STN que está em consonância com a Lei 4320/64 e demais exigências vigentes no ano de 2021. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

a. Bases de mensuração utilizadas: A Dívida flutuante sobre o regime competência.

b. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que acarrete em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas contábeis ou que tenham por objetivo tornar a informação mais confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial e financeira do Município.

c. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis:

i. Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

ii. **Constituição de provisões:** Houve constituições de provisões de férias.

iii. **Reconhecimento de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

iv. **Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades:** Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

III. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a. **Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não se aplica a este demonstrativo.

b. **Divulgações não financeiras:** Não se aplica a este demonstrativo.

c. **Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d. **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes de registros de anos anteriores.

Dívida Flutuante

A demonstração da Dívida Flutuante compreende os valores descritos no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, que são aquelas obrigações de curto prazo. Segundo a Lei 4320/64 a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os depósitos e os débitos em tesouraria.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE								
Títulos	Nota 1	Saldo Anterior	Inscrição	Movimentação no Período				Saldo para o exercício seguinte
				Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
				Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Restos a pagar (Subtotal)	Nota 1	15.011,26	19.162,65	15.011,26				19.162,65
Processados								
2020		15.011,26		15.011,26				
2021			19.162,65					19.162,65
Subtotal dos RPP	Nota 2	15.011,26	19.162,65	15.011,26				19.162,65
Não processados								
Subtotal dos RPNP	Nota 3							
Depósitos (Subtotal)	Nota 4	19.957,09	392.763,83	400.102,25				12.618,67
CONSIGNAÇÕES			210.671,28	210.671,28				
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA		4.797,19	73.215,54	71.922,21				6.090,52
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		15.159,90	103.877,01	112.508,76				6.528,15
OUTROS DEPÓSITOS			5.000,00	5.000,00				
TOTAL	Nota 5	34.968,35	411.926,48	415.113,51				31.781,32

Nota 1) Restos a pagar: O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 15.011,26. Havendo inscrição de R\$ 19.162,65, pagamento de R\$ 15.011,26 e cancelamento de R\$ 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte de R\$ 0,00, está detalhado em Restos a Pagar Processados e Não Processados, conforme o art. 36 da Lei 4.320/64

Nota 2) Restos a pagar processado: O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$ 15.011,26. Havendo inscrição de R\$ 19.162,65, pagamento de R\$ 15.011,26 e cancelamento de R\$ 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte de R\$ 19.162,65, representando 100% do total de restos a pagar.

Nota 3) Restos a Pagar Não Processados: Não houve execução Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Nota 4) Depósitos: O total de depósitos somou R\$ 31.781,32 composto principalmente pelas Obrigações Trabalhista, previdenciárias, Fornecedores e Obrigações Fiscais conforme notas explicativas a seguir:

Nota 5) Análise Geral Baseada na Linha Totalizadora: Houve uma diminuição da dívida fluante entre os anos de 2021 e 2020 na ordem de R\$ 17.078,13, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 50.148,34, as inscrições totais foram R\$ 411.926,48 os pagamentos e baixas no valor de R\$ 415.113,51 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de R\$ 0,00 e baixa no valor de R\$ 0,00. Saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 31.781,32.



INST PREV SERVIDORES MUNICIPAIS - FIN

28/03/2022

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE - LEI 4.320/64 ANEXO 17

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Período				Saldo para o exercício seguinte	
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição		Baixa
Restos a pagar (Subtotal)							
Processados							
Subtotal dos RPP							
Não processados							
Subtotal dos RPNP							
Depósitos (Subtotal)	16.353.600,79	32.870.798,81	32.626.199,28			16.598.200,32	
CONSIGNAÇÕES	232.943,58	21.608.621,39	21.609.959,37			231.605,60	
DEPÓSITOS JUDICIAIS		4.081,20	4.081,20				
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	8.410,58					8.410,58	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	533.415,87	8.928,34	8.928,34			533.415,87	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12.680.861,65	11.249.167,88	11.003.230,37			12.926.799,16	
OUTROS DEPÓSITOS	2.897.969,11					2.897.969,11	
TOTAL	16.353.600,79	32.870.798,81	32.626.199,28			16.598.200,32	

JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE, Dezembro de 2021

LUCILEIDE FERREIRA LOPES
PRESIDENTE CPF 68604874534JULIANA SILVA DA CRUZ
CONTADORA CRC.N 029774/O

**Prestação de Contas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Jaboatão dos Guararapes**

Exercício 2021

FUNDO FINANCEIRO

DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 12 DA LEI 4.320/64 – MCASP)

NOTAS EXPLICATIVAS

I. (Conforme Resolução TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021)

II. INFORMAÇÕES GERAIS:

a. Nome do órgão ou entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jaboatão dos Guararapes.

b. Natureza jurídica: Autarquia Municipal / **CNPJ:** 04.811.561/0001-21

c. Domicílio da entidade: Rua: Coronel Waldemar Basgal, nº 576 – Piedade, CEP: 54.310-285.

d. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Jaboatão dos Guararapes tem natureza jurídica Autarquia Municipal e possui como atividade principal a Seguridade Sociais sendo responsável pela manutenção das seguridades dos Servidores Públicos Municipais. A natureza de suas operações deriva da arrecadação do FUNPREV que é o desconto do salário do servidor na alíquota de 14%.

e. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Esta demonstração contábil foi elaborada de acordo com a estrutura definida na Lei 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 e pela Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição. Os registros contábeis estão em conformidade com as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC's TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f. Abrangência da demonstração contábil:

Esta demonstração contábil abrange a Administração Indireta – Instituto de

Previdência dos Servidores Públicos do município de Jaboaão dos Guararapes.

g. Dados adicionais:

g.1 Período da demonstração contábil: 01/01/2021 a 31/12/2021

g.2 Dados do gestor (Autarquia): Lucileide Ferreira Lopes. Período da gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

g.3 Dados da contadora responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas: Juliana Silva da Cruz – CRC PE-029774/O-0 – E-mail: juliana.jaboataoprev@gmail.com.br.

g.4 Nome do Software de Contabilidade utilizado no Município: Primo Sistemas Aplicativos Ltda – Sistema Psal.

g.5 Endereço eletrônico do Portal de Transparência:

<https://jaboataoprev.jaboatao.pe.gov.br>

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos no sistema patrimonial foram realizados pelos métodos das partidas dobradas em atendimento ao artigo 86 da Lei 4320/64.

A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 8ª edição da STN que está em consonância com a Lei 4320/64 e demais exigências vigentes no ano de 2021. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

a. Bases de mensuração utilizadas: A Dívida flutuante sobre o regime competência.

b. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que acarrete em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas contábeis ou que tenham por objetivo tornar a informação mais confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial e financeira do Município.

c. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis:

- i. **Classificação de ativos:** Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.
- ii. **Constituição de provisões:** Não houve constituições de provisões.
- iii. **Reconhecimento de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.
- iv. **Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades:** Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

III. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- a. **Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Não se aplica a este demonstrativo.
- b. **Divulgações não financeiras:** Não se aplica a este demonstrativo.
- c. **Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d. **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes de registros de anos anteriores.

Dívida Flutuante

A demonstração da Dívida Flutuante compreende os valores descritos no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial, que são aquelas obrigações de curto prazo. Segundo a Lei 4320/64 a dívida flutuante compreende os restos a pagar (excluídos os serviços da dívida), os depósitos e os débitos em tesouraria.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE							
Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no Período				Saldo para o exercício seguinte	
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento			Inscrição
Restos a pagar (Subtotal) Nota 1							
Processados							
Subtotal dos RPP							
Não processados							
Subtotal dos RPNP							
Depósitos (Subtotal) Nota 2	16.353.600,79	32.870.798,81	32.626.199,28			16.598.200,32	
CONSIGNAÇÕES	232.943,58	21.608.621,39	21.609.959,37			231.605,60	
DEPÓSITOS JUDICIAIS		4.081,20	4.081,20				
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	8.410,58					8.410,58	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	533.415,87	8.928,34	8.928,34			533.415,87	
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12.680.861,65	11.249.167,88	11.003.230,37			12.926.799,16	
OUTROS DEPÓSITOS	2.897.969,11					2.897.969,11	
TOTAL Nota 3	16.353.600,79	32.870.798,81	32.626.199,28			16.598.200,32	

Nota 1) Restos a pagar: Não Houve execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Nota 2) Depósitos: O total de depósitos somou R\$ 16.598.200,32 composto principalmente pelas Obrigações Trabalhista, previdenciárias, Fornecedores e Obrigações Fiscais.

Nota 3) Análise Geral Baseada na Linha Totalizadora: Houve um aumento da dívida flutuante entre os anos de 2020 e 2021 na ordem de R\$ 244.599,53, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 16.353.600,79, as inscrições totais foram R\$ R\$ 32.870.798,81 os pagamentos e baixas no valor de R\$ 32.626.199,28 e não houve cancelamentos. Não houve execução de restos a pagar. Saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 16.598.200,32.